

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 39ª Reunião Ordinária - 13/02/2020 – 9-13 h
Instituto de Zootecnia - CCTC Sala 4 PG – Nova Odessa - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
CATI / CDRS	José Luiz Fontes (Coordenador) André Luiz Xavier Macedo Barret Denis Herisson da Silva Henrique Bellinaso Gustavo Ferraz de Arruda Vieira
Cooperativa Holambra	Petrus B. Weel
Consórcio PCJ	Andréa Borges
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões Cláudia Debroy de Campos Thalia Rodrigues Uchoa
DAAE Rio Claro	Matheus Henrique Gonçalves Ricardo Pires de Oliveira
INEVAT / CONIRP	Roberto Polga
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi Simone R. Oliveira Fábio Prudêncio de Campos Luiz Carlos Roma Júnior Luiz M. A. Ayroza (Diretor)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira José Carlos Perdigão
PM de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos
PM de Limeira	Meire Menezes Bassan Raquel Schimidt Ariane Fernanda Santos
SIMA / CFB / CTR Campinas	Jeanne M. G. Lebourlegat Marta Chaim P. Portas
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi

Membros Ausentes	
Entidade	Representante
COOTA	Patrícia Montebelo
INEVAT	Cláudia Grabher
PM de Limeira	Gabriela Alves Ribeiro
PM de Rio Claro	Miguel M. Milinski
PM de Salto	Carlos M. do Nascimento Faria Gabrielle R. de Oliveira
SANASA	Ana Lúcia F. R. Vieira
SR de Limeira	Nilton Piccin
TNC	Henrique Bracale

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante
Agência de Bacias PCJ	Marina Peres Barbosa Kaique Duarte Barreto Patrícia Barufaldi
Prefeitura Municipal de Atibaia	Marcos Roberto Albertini
Prefeitura Municipal de Nova Odessa	Jorge Pereira Fagundes
Prefeitura Municipal de Piracaia	Hélio F. P. Varela Roberlei Lopes
Prefeitura Municipal de Jundiá	Ana Maria M. R. P. Pires
Sindicato Rural de Campinas	Luiz Fernando Amaral Binda
PUC Campinas	Duarcides Mariosa Dimas A. Gonçalves

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Abertura da 39ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta): Após o atraso no início do *Welcome Coffee* em função da não entrega pela empresa responsável, o coordenador do GT Sr. Henrique Bellinaso (CDRS) fez a abertura da 39ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais às 9:40h e deu as boas vindas aos presentes, apresentando os convidados, Dr. José Luiz Fontes - Coordenador da CDRS e o Dr. Luiz M. S. Ayroza, diretor de departamento – IZ, , sendo que os demais membros fizeram suas próprias apresentações. O Diretor Técnico de Departamento do Instituto de Zootecnia, Dr. Luiz Ayroza agradeceu a presença de todos e colocou o IZ novamente a disposição das ações dos Comitês de Bacias PCJ, acreditando na sua importância como um órgão articulador e de decisão na gestão dos recursos hídricos e desenvolvimento agropecuário; **2. A Política de Mananciais PCJ como instrumento de gestão integrada e desenvolvimento sustentável da nossa sociedade (item 2 da pauta):** Como um dos objetivos dessa apresentação é a Integração entre as Secretarias de Agricultura e Abastecimento (SAA) e a de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), a apresentação do PqC João José A. de A. Demarchi (IZ/APTA/SAA) – Coordenador da CT-RN - discutiu sobre como a água é um tema atual, transversal e imprescindível para a sociedade. Ações

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 39ª Reunião Ordinária - 13/02/2020 – 9-13 h
Instituto de Zootecnia - CCTC Sala 4 PG – Nova Odessa - SP

imediatas precisam ser tomadas com relação a sua disponibilidade e qualidade para todos os seus usuários, sejam nos lares, comércio, indústria, agropecuária ou turismo e lazer. A sua escassez ou excesso causam problemas imediatos e trazem riscos iminentes para a saúde humana e ambiental, causando danos econômicos consideráveis, além das irreparáveis perdas de vidas humanas. A gestão por bacias hidrográficas é a única maneira de olhar para o território de forma integrada e sistêmica, envolvendo todos os atores presentes no território, seja urbano, periurbano ou rural. A paisagem territorial e o ciclo hidrológico são únicos. Os Comitês de Bacias Hidrográficas, enquanto Parlamento das Águas, é o espaço ideal para essa correta gestão dos recursos hídricos e desenvolvimento sustentável, já que têm suas decisões e ações definidas de forma descentralizada, participativa e democrática entre seus inúmeros membros representantes de toda a nossa sociedade (civil, usuários e governo). O Governo do Estado de São Paulo tem inúmeras secretarias, coordenadorias, departamentos e diretorias presentes neste espaço de decisão agindo de forma integrada e sinérgica, o que tem propiciado inúmeros avanços para a transição para uma sociedade sustentável. As Secretarias de Agricultura e Abastecimento (SAA) e a de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) estão presentes e participam ativamente com inúmeros dos seus respectivos órgãos, contribuindo sobremaneira para essa gestão dos recursos hídricos e a busca por mais segurança hídrica no Estado de São Paulo. Os Comitês PCJ apresentam, em conjunto com os Comitês do Alto Tietê, as condições mais críticas de demanda e disponibilidade, já que abastecem as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, que juntas somam mais de 25 milhões de habitantes. A Política de Mananciais PCJ é uma das políticas públicas estratégicas dos Comitês de Bacias PCJ e uma das formas de usar corretamente os recursos obtidos com a cobrança pelo uso da água em infraestrutura natural e no meio rural (cobrança federal). O esforço e a participação de inúmeros órgãos do Governo do Estado de São Paulo foram decisivos para a criação e execução dessa política no âmbito dos Comitês PCJ. Também são interlocutores importantes para o relacionamento com os municípios, onde de fato a política de mananciais acontece.

Entendemos que a Política de Mananciais pode não ser só fator de integração entre as secretarias acima já citadas e outras, mas também de ações socioambientais integradas com as de desenvolvimento técnico e econômico, portanto, de desenvolvimento sustentável do meio rural e urbano. A política também atua de forma a integrar o meio rural e o urbano numa paisagem única, entendendo que a gestão dos recursos hídricos suplanta qualquer segmentação entre esses espaços territoriais, já que as bacias hidrográficas não respeitam as divisões geopolíticas dos municípios. Tem-se como objetivo também mostrar como outros programas de governo, como a Cidadania no Campo, Município Verde Azul (PMVA), INTEGRA_SP, Transição Agroecológica, ABC e outros, podem ser potencializados como importantes instrumentos da Política de Mananciais, como o novo programa de mapeamento das estradas rurais em parceria da SAA com a empresa “Google” e de saneamento rural com o governo federal (FUNASA). O projeto pioneiro da Política de Mananciais PCJ foi desenvolvido no município de Holambra através de um Termo de Cooperação entre a Agência de Bacias PCJ e a SAA. Alguns órgãos dessas secretarias, como a CDRS, a CETESB, a Fundação Florestal, o Instituto Florestal, o Instituto de Botânica, o DAEE, a CDA, o Instituto de Zootecnia, o Instituto Agrônomo, o Instituto de Pesca, entre outros, incluindo as universidades e os municípios (governos locais), também estão presentes no desenvolvimento e na execução desta política pública de preservação e recuperação dos nossos mananciais. Buscamos divulgar a política e fortalecer a presença desses órgãos de governo nos Comitês de Bacias PCJ, além de aumentar o número de membros e instituições parceiras e a captação de recursos através de outras políticas públicas, empresas privadas, organizações não governamentais e órgãos financiadores nacionais e internacionais. **A proposta** ao Coordenador da CDRS presente na reunião, Sr. José Luiz Fontes, é que as ações já realizadas pela CDRS na transferência de tecnologias e ou extensão rural e de manejo conservacionista de solos atuem de forma mais focada e intensa nas microbacias onde estão sendo executados os projetos da Política de Mananciais PCJ, obtendo-se assim o devido suporte técnico para os produtores rurais, que na maioria das

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 39ª Reunião Ordinária - 13/02/2020 – 9-13 h
Instituto de Zootecnia - CCTC Sala 4 PG – Nova Odessa - SP

áreas, apresentam níveis médios e ou baixos de tecnologia, necessitando claramente de suporte técnico. Esse apoio poderá propiciar a criação de **Unidades Demonstrativas** não só para os demais municípios das Bacias PCJ que ainda não contemplam projetos bem como para os demais Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo. Seriam Microbacias Modelo e ou Demonstrativas. Também foi questionado sobre a execução e as contrapartidas ainda pendentes do Termo de Cooperação entre a Agência de Bacias PCJ e a SAA, que por determinação do ministério público precisa de continuidade e conclusão dos objetivos propostos. A Sra. Patrícia G. A. Barufaldi (Agência de Bacias PCJ) aproveitou a oportunidade para cobrar a reconstituição do grupo de trabalho (GT-SAA/PCJ) com representantes da SAA, o que foi prontamente atendido pelo coordenador, dizendo que tomará as devidas providências; **3. Espaço para manifestação dos órgãos de governo e demais instituições presentes (item 3 da pauta):** A palavra foi dada ao Sr. José Luiz Fontes (coordenador da CDRS), que concordando plenamente com a proposta feita pelo Sr. João Demarchi, Coordenador da CT-RN, brincou sobre onde deveria assinar para que as ações conjuntas entre a Política de Mananciais PCJ e a CDRS se concretizassem. Continua sua fala ressaltando a importância da inserção da Defesa Agropecuária nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Fez uma apresentação resumida da reestruturação da SAA e dos novos cargos que serão criados visando uma maior integração entre os seus órgãos, conforme determinação do Secretário de Agricultura, Sr. Gustavo Junqueira Fala também sobre sua carreira na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, dando ênfase à gerência do programa Microbacias (I e II). Explica que a atual proposta da SAA é o desenvolvimento do programa **Cidadania no Campo** e que em breve será lançado o Decreto que regulamenta o Programa de Regularização Ambiental. Cita também o programa Etanol Mais Verde, o qual é um selo de sustentabilidade para as usinas e produtores de cana-de-açúcar. Fontes explica que há a necessidade de compreensão pelo produtor que a regularização ambiental de sua propriedade vai colaborar para melhorar a sua renda e gestão da mesma, Fontes aproveitou a oportunidade e anunciou a implantação do

Programa Mais Gestão, Mais Renda, bem como falou sobre o fortalecimento do trabalho conjunto com os municípios e a valorização das Casas da Agricultura, enfatizando que o enfoque será na gestão dos negócios do meio rural, visando ao desenvolvimento sustentável com base no tripé econômico, social e ambiental, haja vista que, mais do que nunca, a conservação do meio ambiente não pode estar dissociada da produção rural. A unidade de execução sempre foi o imóvel rural. Novamente chamou a atenção da importância que a CDA nos itens de fiscalização e uso do solo e de agrotóxicos, devendo também ser envolvido nesta parceria com os Comitês de Bacias PCJ e a SAA. Anteriormente na SIMA, o cadastro e a validação do CAR e do PRA é um grande projeto de regularização ambiental, devendo ser um dos carros chefe do Planejamento Estratégico da SAA. Afirmou que essa ação nunca deveria ter saído da SAA e ido para a antiga SMA. A Sra. Marta Portas (CTRI / CFB / SIMA) comentou sobre algumas considerações do coordenador da CDRS, entendendo que a SIMA através de diversas ações e programas poderiam contribuir bastante com o desenvolvimento da proposta apresentada, destacando os Programas “Nascentes” e do Produtor de Água (ANA). A antiga CBRN e CFA agora são conjuntamente denominadas de CFB (Coordenadoria de Fiscalização da Biodiversidade). O diretor geral do Instituto de Zootecnia, Dr. Luiz Ayroza endossou algumas considerações feitas pelo coordenador da CDRS e destacou a nova estrutura da SAA em relação aos avanços esperados de integração na pesquisa agropecuária, destacando aspectos relacionados com as ações do IZ, que neste ano de 2020 comemora 115 anos de existência. Comentou também sobre o Sistema intitulado Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Cidadania no Campo, é uma parceria entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e as prefeituras municipais, que tem como meta estimular a implementação e o desenvolvimento de ações para fortalecer a gestão do território rural local. Segundo a Cartilha e introdução do Secretário Gustavo Junqueira, “A diretriz de política pública “Cidadania no Campo 2030” é uma iniciativa do governo paulista, implantada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo. Criada em 2019,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

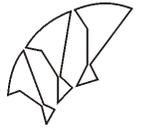
Ata da 39ª Reunião Ordinária - 13/02/2020 – 9-13 h
Instituto de Zootecnia - CCTC Sala 4 PG – Nova Odessa - SP

existe para promover o desenvolvimento paulista por meio do agronegócio e tem como missão levar os serviços e as estruturas das cidades para toda a área rural. A Secretaria inova a sua gestão e a forma de atuação junto aos municípios, trazendo pela primeira vez um conceito meritocrático, moderno, transparente e alinhado à estratégia de longo prazo. Com a parceria público-privada, instrumentos são criados para viabilizar a implementação e a execução do plano de governo para o campo, contemplando segurança, mobilidade, conectividade, preservação ambiental, saneamento, entre outras diretrizes. Transformamos a necessidade de igualar a vida dos cidadãos do campo à dos da cidade, em uma decisão de governo focada na solução de problemas. Nosso estado tem competência para abrigar um dos principais e mais competitivo ecossistema agro do mundo e que iremos fazer de São Paulo um exemplo para o Brasil. O engajamento, a participação e contribuição de cada um de vocês são imprescindíveis nesse grande programa de governo e espero que tenhamos muito sucesso trabalhando juntos!”. Ficou entendido que esse programa seria um PMVA para o meio rural; **4. Secretaria - Informes Gerais (item 4 da pauta):** O Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA), secretário do GT, após todas as discussões colocou em votação a minuta de ata enviada por e-mail, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **Informes:** (3.1) Curso de Pós-graduação em Gerenciamento de Recursos Hídricos – três interessados se inscreveram para o período de 2020/21, devendo ser apenas um deles o escolhido para representar a CT-RN; (3.2) VI Simpósio de Produção Animal e Recursos Hídricos – São Carlos – EMBRAPA - Será realizado nos dias 19 e 20 de março é um dos únicos que integra a temática de produção animal com a gestão de recursos hídricos; (3.3) Novo Edital da Política de Mananciais PCJ 2020 deverá ser lançado até a próxima reunião, restando o valor disponível, ajustes e calendário 2020; (3.4.) Convênio com a CEF para repasse dos recursos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA – problemas ainda persistem mas devem ser sanados com a ajuda e orientação da Agência de Bacias PCJ aos municípios contemplados; (3.5.) **O GT-Mananciais conseguiu uma representação no GT-Proteção das Águas do**

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) através da indicação da Sra. Meire Bassan (Prefeitura Municipal de Limeira) – excelente oportunidade de divulgação da Política de Mananciais PCJ aos demais comitês de bacias do Estado de São Paulo; (3.6.) Disponibilizado o documento da ANA sobre Índice de Prioridade de Restauração Florestal para Segurança Hídrica para as Regiões Metropolitanas do Brasil; **5. Encerramento – Comentários Finais:** O Sr. Luiz Sertório (Fundação Florestal) fala sobre a possibilidade de realização dos PIPs localmente, pela própria equipe do município devido à demora em realização dos mesmos através dos processos licitatórios. A Sra. Ana (Prefeitura Municipal de Jundiá) fala que isso já acontece em seu município, ressaltando que são PIPs mais simples quando comparados aos PIPs da Política de Mananciais PCJ e que não são engessados, estão sempre sendo atualizados. Entretanto, disse que são efetivos para o que precisam realizar que é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), onde contam hoje com 66 propriedades recebendo pelos serviços ambientais prestados. O Sr. Luiz (FF) fala sobre a sua atual preocupação onde há somente investimentos com reflorestamento, faltando subsídios para conservação dos solos; sugere uma organização do Comitê para a apresentação de projeto externo visando captar recursos para conservação de solos. Como sugestão cita o fundo perdido do Ministério Público. A Sra. Carolina (DAE de Jundiá) comenta sobre a importância da extensão rural para melhoria dos processos de conservação de solos e faz o seguinte questionamento: **como desenvolver mais a extensão rural?** O Sr. João Demarchi reforça a fala da Sra. Carolina e faz um breve relato dos conflitos que deterioraram os processos de extensão rural. Os Senhores Luiz Sertório e Marcelo (PM de Charqueada) falam sobre a atuação da Prefeitura nos processos de conservação de solos, principalmente no que se diz respeito à conservação de estradas rurais neste município. A Sra. Meire (PM de Limeira) diz que a maioria das prefeituras não tem recurso e nem maquinário próprio para executar as ações necessárias de conservação de solos na área rural. A discussão seguinte é sobre saneamento rural, em que o Sr. Petrus fala sobre o recurso que será disponibilizado pela FUNASA. A Agência de Bacias, na

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASIAIS

Ata da 39ª Reunião Ordinária - 13/02/2020 – 9-13 h
Instituto de Zootecnia - CCTC Sala 4 PG – Nova Odessa - SP

fala da Patrícia diz que é necessário checar como a ação de Saneamento está inserida no Caderno Florestal, uma vez que após a audiência pública nada poderá ser mudado. o Sr. Denis (CDRS) levanta o problema de saneamento causado pelos loteamentos irregulares espalhados pela zona rural. É sugerido pelos presentes que seja firmado convênio com a ARSESP para elaboração de planos de saneamentos rural aos municípios. A Sra. Ana da Prefeitura de Jundiaí diz que a Caixa Econômica Federal fez contato com seu município para formalização do contrato para execução do Edital da Política no programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) – Programa II e explicou que a contrapartida do município deverá ser liberada proporcionalmente a cada pagamento realizado pelo banco e não somente nos últimos anos do contrato. O professor Duarcides (PUC), coordenador do GT-Indicadores, explana sobre o Workshop Internacional que está sendo organizado pelo GT-Indicadores e Monitoramento (CT-RN + CT-ID) na área de indicadores de sustentabilidade e recursos hídricos que deverá ser realizado na PUC em Campinas durante o mês de agosto de 2020. O Sr. Henrique Bellinaso (CDRS), coordenador do GT-Mananciais, agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 13 h, desejando a todos um bom retorno.



João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN

Henrique Bellinaso
Coordenador do GT-Mananciais - CT-RN

Meire Menezes Bassan
Coordenadora Adjunta do GT-Mananciais - CT-Rural